

América: conquista, invenção ou descoberta? Um debate historiográfico e educacional

America: conquest, invention or discovery? A historiographic and educational debate

Gabriella Figueiredo do Carmo Moreira¹
Karolinne de Souza Tinoco²

RESUMO

O presente artigo visa debater a respeito do uso do conceito de “descoberta” em detrimento de “invenção” e “conquista” da América, na disciplina de História ministrada na Educação Básica. Acredita-se na necessidade da discussão do porquê ainda persistir no imaginário social a ideia de que a América foi descoberta. Para refletir sobre o tema, serão utilizadas teorias historiográficas decoloniais vigentes para analisar as mudanças que ocorreram nas diretrizes educacionais ao longo dos anos, avaliando, criticamente, a BNCC¹, os PCNs¹ e o PNLD¹, observando que, ainda hoje, há autores que utilizam o termo “descoberta”.

Palavras-Chave: América Colonial. Educação Básica. Conquista da América.

ABSTRACT

This article aims to discuss the use of the concept of “discovery” at the expense of “invention” and “conquest” of America, in the History course, taught in Basic Education. It is believed that primary to discuss why the idea that America was discovered still persists in the sociological imagination. Current decolonial historiographic theories will be used to analyze the changes that have occurred in educational guidelines over the years, critically evaluating the BNCC, the PCNs and the PNLD, noting that, even today, there are authors who use the term “discovery”.

Keywords: Colonial America. Basic education. Conquest of America.

Introdução

Ao realizar uma rápida pesquisa pelos dicionários, seja via web ou em material físico, podemos perceber a definição do conceito de “descoberta” como “ação de descobrir, de remover o que protegia, ocultava; descobrimento” (RIBEIRO, 2019), “ação de achar o que ninguém havia encontrado antes” (RIBEIRO, 2019). Na perspectiva histórica, é definido como “feito histórico que marca a conquista, dominação ou exploração, de um território desconhecido: descoberta das Américas” (RIBEIRO, 2019). Por extensão, entende-se como “aquilo que se inventa, cria; invenção, criação” (RIBEIRO, 2019) e, no sentido figurado, como “o que se experimenta, se vivencia pela primeira vez: descoberta do amor” (RIBEIRO, 2019). O uso do conceito de “*Descoberta da América*” é um tanto equivocado, como podemos perceber após a apresentação dos significados que carrega o termo “*descoberta*”,

¹Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: gfcmoreira5@gmail.com.

²Graduanda em Letras pela Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: karolinnesouza@outlook.com.

fortalecendo um ideal eurocêntrico para a historiografia latino-americana, como veremos adiante.

Partindo desse pressuposto, fica o questionamento do porquê a afirmação de descoberta pela Europa nos parece válida. Pensando sobre América Colonial, aquele que descobre algo, o descobridor é a representação do homem europeu, que encontra algo que *não existia* anteriormente, dando ênfase na convicção da Europa como única ideia válida, em sua existência em relação ao mundo. Entretanto, a ideia de descoberta nos soa um tanto ridícula ao realizar um exercício de reflexão contrafactual: se os povos mesoamericanos desembarcassem nos portos europeus e, ao chegarem, afirmassem a todos que descobriram novas terras, a descoberta da Europa passaria a ser uma conquista dos povos nativos americanos. Podemos, assim, nos perguntar: como se descobre novas terras em que há seres humanos dotados da mesma capacidade lógica habitando o local por séculos, senão milênios?

Seguindo esta perspectiva, o objetivo do presente trabalho é refletir, compreender e questionar o uso do termo “*descoberta*” em detrimento de “*conquista*” ou “*invenção*”, principalmente em relação ao seu uso nas instituições de ensino básico, perpetuando a ideia de descoberta da América no imaginário social. Logo, essa análise abre caminho para a sugestão de mudanças a serem implementadas nos ambientes escolares, aderindo a uma possível valorização dos estudos latino-americanos e rompendo com uma historiografia eurocêntrica que sempre foi imposta.

A ideia de descoberta da américa

É relevante, no primeiro momento, nos indagar a respeito da origem do uso desse termo. Dessa forma, Edmundo O’Gorman (1992) irá discorrer a respeito do gene da questão. Usaremos o trabalho de O’Gorman para sustentar tal fenômeno. Com base nas ideias do autor, o conceito de descoberta surgiu a partir “lenda do piloto anônimo” (O’GORMAN, 1992), um relato popularizado com o objetivo de arruinar a reputação de Colombo, do qual narra a história de um homem que havia descoberto a América e relatado ao almirante sobre a existência de novas terras, fazendo com que a rota fosse alterada. A ideia de descobrimento também ocorre na publicação de *Sumário de la natural historia de las Indias* (1526), um dos textos mais antigos, escritos 30 anos após a criação da lenda do piloto anônimo, obra de Gonzalo Fernández de Oviedo, dedicado ao Imperador Dom Carlos, como afirma O’Gorman

(1992). O texto de Oviedo irá sustentar que Colombo foi quem descobriu as Índias (América), refutando a lenda do piloto anônimo. Oviedo acredita que aquele que descobre é quem tem ciência do conteúdo ou da dimensão do achado, ato não concretizado pelo piloto, mas sim por Colombo.

O’Gorman apresenta três teorias, das quais serão explicitadas mais à frente na perspectiva de seus autores, para sustentar a tese da descoberta atribuída a Colombo ou ao piloto. A primeira e a segunda não são tão satisfatórias, sendo insuficientes. A terceira é a que melhor sustenta a proposta de descoberta, porém apresenta diversas informações contraditórias em relação à opinião de Colombo.

Destarte, a tese exordial é a defendida por Oviedo, como já citado acima, que atribui a Colombo a descoberta da América devido ao conhecimento de Colombo a respeito das terras. O almirante foi quem soube identificar as terras e o que elas representavam, diferente do piloto anônimo que só tinha conhecimento da existência das terras.

Gómara, autor da segunda tese relatada por O’Gorman, em seu livro *Historia general de las Indias* (1552-53), atribui a descoberta ao piloto, afirmando que a lenda é verdadeira. Gómara critica a ideia de um possível conhecimento das terras americanas por meio dos textos clássicos, atribuindo-a como uma questão fantasiosa, diferente da lenda. O autor acredita que o primeiro homem que toma consciência de que se descobriu algo novo, mesmo sem saber identificar do que se trata a descoberta, é a quem deve ser atribuído o título de descobridor (O’GORMAN, 1992).

O terceiro argumento é tecido pelo filho de Colombo, Dom Fernando Colombo, por meio da biografia escrita sobre o pai, *Vida del almirante* (1571). Dom Fernando nega a existência de escritos a respeito das terras americanas em textos clássicos e afirma que ninguém possui ciência da existência da ilha antes da chegada de Colombo. Para o biógrafo, o pai possuía uma hipótese sobre a existência do continente devido ao conhecimento científico que carregava. A chegada à América nada mais era do que a confirmação da hipótese do pai, segundo Dom Fernando (O’GORMAN, 1992).

Ao tentar justificar o nome que Colombo atribui a América, nomeando-a de Índias, seu filho afirma que o pai o fez devido a “proximidade” asiática, gerando a cobiça dos reis pelas terras, ou seja, o almirante desde a sua chegada ao continente já o compreendia como continente e não como terra asiática. Entretanto, sabemos que os relatos da tese são equivocados e tentam esconder a crença de Colombo em relação às terras, pois este sempre

acreditou ter chegado às Índias e defendeu essa tese durante toda a sua vida. Desse modo, o almirante acreditou ter chegado às Índias, fato que nos leva a pensar que a dita “descoberta” é uma farsa, pois não se descobre algo que não se está procurando. Não era o objetivo de Colombo encontrar a América, mas sim uma nova rota comercial (O’GORMAN, 1992).

O filósofo e linguista Tzvetan Todorov (2016), ao falar sobre Colombo e sua relação com a América, relata que “ele não a descobre, encontra-a onde “sabia” que estaria (onde ele pensava estar a costa ocidental da Ásia)” (TODOROV, 2016, p. 31). No capítulo em que foi retirada a citação, Todorov conta parte da experiência vivida por Colombo. O autor nos propõe uma espécie de jornada a respeito de todo o universo de pensamentos e atitudes que compõem a personalidade do almirante, tentando analisar os motivos que levaram Colombo a empreender sua viagem que, na realidade, se fez aventura, principalmente por tratar-se de uma busca pelo desconhecido. Podemos sustentar tal afirmação a partir do relato de Bartolomeu de Las Casas, do qual escreve a seguinte assertiva sobre o almirante:

É uma maravilha ver como, quando um homem deseja muito algo e se agarra firmemente a isso em sua imaginação, tem a impressão, a todo momento, de que tudo aquilo que ouve e vê testemunha a favor dessa coisa (LAS CASAS *apud* TODOROV, 2016, p. 29).

Outro ponto importante a ser observado é acerca de que Colombo, ao desembarcar na América, deparou-se com a figura dos nativos. Os sujeitos são seres que constroem, de maneira ambígua ou não, a sua história, sujeitos que estão nos processos sociais da história, inseridos nas práticas cotidianas, na cultura como meio de expressão em relação às vivências da vida. Todorov (2016), em sua obra “*A conquista da América: a questão do outro*”, nos mostra que os teóricos espanhóis, ao escreverem sobre a América, “falam bem dos índios; mas, salvo exceção, nunca falam aos índios” (TODOROV, 2016, p. 190, grifo do autor) e somente dialogando com os povos nativos poderão reconhecê-los como sujeitos.

O não reconhecimento do indivíduo como sujeito autônomo e singular acarreta em um “mau encontro”, termo defendido por Todorov (2016) para justificar os atritos das relações entre os espanhóis e os nativos, resultando na exploração do Novo Mundo pelos colonizadores. O comportamento dos espanhóis é motivado pelo impulso de enriquecer a empresa espanhola, desejo de domínio representado pela ideia prejudgada que imputaram sobre os indígenas, comparando-os como um “meio caminho entre os homens e os animais” (TODOROV, 2016, p. 211).

Aníbal Quijano (2005) relata em sua obra “*Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*” que:

A privilegiada posição ganhada com a América pelo controle do ouro, da prata e de outras mercadorias produzidas por meio do trabalho gratuito de índios, negros e mestiços, e sua vantajosa localização na vertente do Atlântico por onde, necessariamente, tinha de ser realizado o tráfico dessas mercadorias para o mercado mundial, outorgou aos brancos uma vantagem decisiva para disputar o controle do comércio mundial. (QUIJANO, 2005, p. 119)

Visto isso, mais uma vez se tem respaldo para contestar a ideia de descoberta sobrepondo a de invenção e conquista, pois se cria a América e a conquista por meio da espada e da cruz, como afirma Todorov (2016), para que ocorra sua exploração por parte da Europa.

Uso do conceito de descoberta na educação básica

A partir da compreensão do equívoco no uso do termo “descoberta” ao se referir a invenção e conquista da América, é de extrema relevância a indagação do porquê o termo ainda persiste no imaginário social e no cotidiano escolar. Essa ambiguidade pode ser encontrada desde os livros didáticos à academia em geral. O uso do termo é tão comum que podemos perceber renomados cientistas utilizando-o. Para ilustrar melhor essa afirmação, um exemplo que se pode tomar é o historiador Jaime Pinsky (2013), que, ao organizar o livro “*História da América Através de Textos*”, afirmar que “a **descoberta** da América por Cristóvão Colombo faz parte do processo de expansão do capitalismo europeu” e “para o mundo da época, a descoberta da terra que, posteriormente, iria chamar-se América foi, de início, uma decepção, uma barreira entre a Europa e seu alvo maior, o Oriente” (PINSKY, 2013, p. 25, grifo nosso). O mais interessante de se observar não é a data da publicação do texto, mas sim a edição em que foi retirada essa citação, sendo do ano de 2013, pela Editora Contexto. Esse fato só demonstra a despreocupação nas atualizações a despeito do tema, fazendo com que a ideia de descobrimento se propague na Educação Básica, visto que o texto organizado por Pinsky tem como objetivo relatar rapidamente e didaticamente a História da Conquista da América, servindo facilmente como instrumento de apoio nas disciplinas de História.

É interessante avaliar as reformas e políticas curriculares elaboradas nas últimas décadas, das quais têm sido direcionadas para a Educação Básica e a formação dos docentes. Przylepa (2015) escreve a respeito do tema e afirma, de acordo com Dias, que “[...] os textos produzidos pelas reformas difundem, de um modo geral, um discurso em defesa de políticas que deem conta das exigências pelo cenário de globalização e de um mundo em permanente mutação.” (DIAS, 2009, p. 27 *apud* PRZYLEPA, 2015, p. 122). Nessa lógica, a educação assume a responsabilidade de garantir aos estudantes a adequação ao contexto que se apresenta, isto é, formação de indivíduos adaptáveis ao projeto social vigente e ao mercado de trabalho.

O conhecimento utilitarista nas políticas educacionais e, assim sendo, nas políticas curriculares não é neutro: há interesses ideológicos, sociais, econômicos e culturais, buscando legitimação do projeto social em curso. Desse modo, por “[...] trás de todo currículo existe [...], de forma mais ou menos explícita e imediata, uma filosofia curricular que é, [...], síntese de uma série de posições filosóficas, epistemológicas, científicas, pedagógicas e de valores sociais” (SACRISTÁN *apud* PRZYLEPA, 2015, p. 123). Esse fator se denomina como “currículo oculto”, autores como Candau e Moreira (2007) definem esse termo como:

Cabe destacar que a palavra currículo tem sido também utilizada para indicar efeitos alcançados na escola, que não estão explicitados nos planos e nas propostas, não sendo sempre, por isso, claramente percebidos pela comunidade escolar. Trata-se do chamado *currículo oculto*, que envolve, predominantemente, atitudes e valores transmitidos, subliminarmente, pelas relações sociais e pelas rotinas do cotidiano escolar. Fazem parte do currículo oculto, assim, rituais e práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos, modos de organizar o espaço e o tempo na escola, modos de distribuir os alunos por agrupamentos e turmas, mensagens implícitas nas falas dos(as) professores(as) e nos livros didáticos (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 18, grifo do autor).

A partir do entendimento dessas perspectivas educacionais, se faz relevante a análise das políticas curriculares a partir de sua vigência em seus respectivos governos. Como recorte, iremos expor as políticas propostas por Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), tentando compreender as mudanças e impactos no Plano Nacional de Educação. Portanto, segundo Lopes (2004), não houve mudanças significativas na política curricular entre a gestão do governo de FHC e do governo de Lula, como a autora explicita:

[...] a) não houve mudanças nas diretrizes curriculares nacionais; b) os parâmetros para o ensino fundamental e para o ensino médio permanecem sendo as referências curriculares para muitas das ações do Ministério da Educação; c) está em processo a

avaliação dos livros didáticos de nível médio, visando sua distribuição aos alunos, ainda em uma perspectiva que tenta dirigir professores em suas aulas, via livros didáticos; d) a afirmação da Secretária de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) de que visa introduzir o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como exame obrigatório ao final da educação básica, apontando ainda a possibilidade de outro exame a que o aluno se submeta antes de entrar no ensino médio; e) a instituição do sistema de avaliação de conhecimentos e competências dos professores a cada cinco anos de trabalho, mais uma vez utilizando a avaliação de competências como mecanismo regulador da atividade profissional e como pretensa garantia de qualidade, inclusive associada a possíveis ganhos salariais (LOPES, 2004, p. 115).

A autora se atenta para o fato de que é difícil, de forma imediata, o rompimento com o aparato criado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que teve dois mandatos para implementar seus aparatos de normas e formar, no Brasil, epistemologias favoráveis a tais aparatos. E a autora complementa: “[...] muito do que foi construído nas políticas curriculares nesses oito anos não é modificado porque o MEC se mantém influenciado, do ponto de vista curricular, pela mesma comunidade epistêmica [...]” (LOPES, 2004, p. 115).

Por consequência, podemos perceber através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) as modificações das orientações em relação aos livros didáticos ao longo dos anos, nos dois governos. O PNLD de 2002, redigido durante o governo FHC, ao ser analisado, pode-se perceber que a História da Conquista e Invenção da América é muito pouco contemplada e, quando abordam a questão, é trabalhada, em sua maioria, a partir da perspectiva de colonização das Américas. A abordagem histórica do PNLD de 2002 contempla, de maneira significativa, a História do Brasil, principalmente durante a monarquia portuguesa e a historiografia europeia, em contraste com a historiografia latino-americana que estava sendo produzida na época.

Entretanto, essa questão é um tanto paradoxal, pois no PCN de 1998, Todorov, por exemplo, é citado nas referências do Volume 5, de História, ou seja, literaturas e historiografias atualizadas são utilizadas como base para os diversos planos com foco em educação, todavia, ainda ocorre a ideia de descobrimento. Durante o governo Lula, a situação não passou por muitas mudanças. No PNLD de 2010, a invenção e conquista da América ainda é tratada como “o sonho das descobertas” e “a colonização da América” (PNLD, 2010, p. 100). Somente a partir do ano de 2014 que a PNLD deixa de utilizar o termo “descoberta”. O uso do termo “conquista” é mais difundido nas edições seguintes. Muitas alterações significativas têm sido feitas por meio da teoria, porém, na prática, isso não está ocorrendo de maneira harmônica devido ao imaginário social já estruturado.

Percebe-se que poucas mudanças foram realizadas nos PCN's. Alterações expressivas só são encontradas na BNCC, de 2018. Ao avaliar a última edição da Base Nacional Comum Curricular, podemos notar mudanças significativas na construção curricular no ensino de História Colonial, sugerindo, por exemplo, na unidades temática "A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano", o objetivo do conhecimento com base na ideia de analisar **a conquista da América** e as formas de organização política dos indígenas e europeus: "conflitos, dominação e conciliação" para que, assim, os estudantes possam desenvolver habilidades como "descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e resistências." (BNCC, 2018, p. 422-423).

Considerações Finais

Logo, ao final deste artigo e após apresentar todo o aporte teórico citado acima, chegamos à conclusão de que, com a chegada de Colombo à América, não houve a descoberta do outro e menos ainda do continente americano, visto mais uma vez que o próprio Las Casas faz esta afirmação

Creio que por causa dessas obras ímpias, criminosas e ignominiosas, perpetradas de modo tão injusto, tirânico e bárbaro, Deus derramará sobre a Espanha sua fúria e sua ira, porque toda Espanha, bem ou mal, teve o seu quinhão das sangrentas riquezas, usurpadas à custa de tanta ruína e extermínio. (LAS CASAS *apud* TODOROV, 2016, p. 357).

Todorov, ainda sobre esse relato de Las Casas, sugere que falemos "Deus derramará sua fúria sobre a Europa" (TODOROV, 2016, p. 358), pois, após a Espanha, toda a Europa ocidental coloniza e destrói "o outro". Os europeus, ao chegarem na América, encontram o outro, não o reconhecendo – aqui falamos tanto dos sujeitos quanto do continente invadido –, acreditando e reafirmando segundo a crença de que eram protagonistas da história do homem, que descobriram as Américas.

A defesa de que o termo "conquista" em detrimento de "descoberta" deve ser usado desde o ensino básico se faz necessário, pois, ao analisarmos os autores mencionados e entendermos o real sentido do uso de "descoberta da América", entende-se que esse termo é utilizado a partir de uma visão eurocêntrica e etnocêntrica que retira da América e dos sujeitos que nela viveram e vivem a identidade de um povo com costumes, crenças, práticas e ações,

diferentes daquelas apresentadas pelos colonizadores e que são sujeitos de sua própria história.

Assim, para compreender o porquê da não execução dessas práticas na Educação Básica, seria necessária uma extensa pesquisa bibliográfica e estudos empíricos quantitativos e qualitativos para definir a origem e causa deste fenômeno. Percebe-se que os currículos vêm se alterando, todavia, o conceito de descoberta da América, não. Talvez, com o entendimento do porquê a perpetuação da ideia de descobrimento ainda persiste, poderemos desenvolver melhores soluções para o ensino de História, valorizando os estudos latino-americanos e rompendo com a historiografia europeia, que aborda um único olhar para o continente americano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Parâmetro Curricular Nacional. **5ª a 8ª série. Guia de Livros Didáticos**. Brasília: MEC, 2002. Disponível em:

<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld/item/10527-guia-pnld-2002>. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Parâmetro Curricular Nacional. **5ª a 8ª série. Guia de Livros Didáticos**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em:

<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld/item/3773-guia-pnld-2013-%E2%80%93-ensino-fundamental>. Acesso em: 29 nov. 2021.

GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS. PNLD 2014 : história : ensino fundamental : anos finais.

Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013. Disponível em:

<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld/item/4661-guia-pnld-2014>. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:**

terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais. 2.**

História: Ensino de quinta a oitava séries. Brasília: MEC /. SEF, 1998. 108 p.

DESCOBERTA. In: RIBEIRO, Débora. **Dicio**. [S.l.], 2017. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/descoberta/>. Acesso em: 07 jun. 2019.

LOPES, A. C. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 26, p.115, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/bjF9YRPZJWWyGJFF9xsZprC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2021.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Currículo, conhecimento e cultura. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2021.

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir. Editora UNESP, 1992.

PINSKY, Jaime. **História da América através de textos**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Hist%C3%B3ria_da_Am%C3%A9rica_atrav%C3%A9s_de_textos/T8VnAwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=0. Acesso em: 29 nov. 2021.

PRZYLEPA, Mariclei. Políticas curriculares no Brasil nos governos FHC e Lula: Continuidade? **Laplage em revista**, v. 1, n. 2, p. 119-131, 2015. Disponível em: <https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/207/172>. Acesso em: 29 nov. 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf . Acesso em: 29 nov. 2021.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.